



# **Uma tradição política e intelectual, particularmente negra: movimentos negros e os impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro na Ditadura Militar (1970-1980)**

Guilherme Pessoa<sup>1</sup>

## **RESUMO**

O presente trabalho visa refletir sobre o protagonismo político-intelectual afro-brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980, em meio ao período histórico da “abertura” política do regime militar brasileiro instaurado em 1964. Trata-se, especificamente, do processo de formação de novas redes associativas negras na esfera pública brasileira e da específica autonomização dos movimentos de mulheres negras, durante o período supracitado. Busca-se refletir, conjuntamente, sobre a produção de conhecimento acerca da realidade brasileira impulsionada por intelectuais e ativistas, negras e negros, diretamente ligados ou, no mínimo, influenciados pelas *práxis* dos movimentos negros e de mulheres negras entre as décadas de 1970 e 1980. Atendo-se ao seu específico recorte temático, o presente trabalho tem em vista apresentar e refletir, criticamente, a respeito de algumas das principais características gerais de tal fortuna crítica afro-brasileira e, especialmente, dos matizes presentes nas variadas contribuições de intelectuais negras e negros como Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura e Lélia Gonzalez. Mediante apresentação esquemática dos impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro do período, conclui-se que a gênese de uma perspectiva crítico-estrutural acerca do racismo à brasileira e a afirmação dos lócus enunciadores negros e de mulheres negras, com base na construção política de uma identidade afro-brasileira, configuram os mais importantes legados epistêmicos dos impulsos criativos da fortuna crítica do pensamento social afro-brasileiro historicamente acumulada entre as décadas de 1970 e 1980. A relevância do presente estudo reside em sua contribuição a diversidade epistêmica nas agendas de pesquisa voltadas para o pensamento social e político brasileiro.

**Palavras-chave:** Pensamento social e político afro-brasileiro. Movimentos negros. Diversidade epistêmica.

**A particularly black political and intellectual tradition: black movements and the creative impulses of Afro-Brazilian social thought during the Military Dictatorship (1970-1980)**

## **ABSTRACT**

This paper aims to reflect on the Afro-Brazilian political-intellectual protagonism between the 1970s and 1980s, amid the historical period of the political “opening” of the Brazilian military regime established in 1964. It deals specifically with the process of resurgence of black movements in the Brazilian public sphere and the specific autonomy of black women's movements during the aforementioned period. The aim is to reflect jointly on the production

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). ORCID:6228805278428336 - E-mail: pessoag13@outlook.com.



of knowledge about Brazilian reality driven by black intellectuals and activists, directly linked to or at least influenced by the praxis of black movements and black women between the 1970s and 1980s. Adhering to its specific thematic scope, this work aims to present and reflect critically on some of the main general characteristics of this Afro-Brazilian critical fortune and, especially, on the nuances present in the varied contributions of black intellectuals such as Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura and Lélia Gonzalez. Through a schematic presentation of the creative impulses of Afro-Brazilian social thought of the period, it is concluded that the genesis of a critical-structural perspective on racism in the Brazilian style and the affirmation of black and black women's enunciative loci. based on the political construction of an Afro-Brazilian identity, they configure the most important epistemic legacies of the creative impulses of the critical fortune of Afro-Brazilian social thought historically accumulated between the 1970s and 1980s. The relevance of the present study lies in its contribution to the epistemic diversity in research agendas focused on Brazilian social and political thought.

**Keywords:** Afro-Brazilian social thought. Black movements. Epistemic diversity.

## 1 INTRODUÇÃO

Quando direcionamos nossa atenção para uma breve reflexão acerca dos temas comumente associados a produção de conhecimento concernente a Ditadura Militar de 1964, é possível destacar, de forma geral, questões relacionadas ao crescimento econômico, a atuação dos governos ditatoriais perante as Relações Internacionais, a censura política e midiática, a violação de direitos humanos, civis e políticos, a repressão a setores médios da sociedade brasileira, em suma, a algumas das principais características gerais dos 21 anos de regime ditatorial. Destacam-se também estudos destinados à interpretação geral do processo histórico de redemocratização, notavelmente da Anistia de 1979, da reconstrução da arena política pluripartidária e da instauração do Estado Democrático de Direito brasileiro a partir do final da década de 1980.

Por outro lado, mais incomuns são os estudos especificamente destinados à compreensão, ao nível macro ou microsociológico, da dinâmica naturalizada de repressão e controle social, bem como do peso negativo do chamado “milagre econômico” no e para o cotidiano de setores específicos e majoritariamente marginalizados da população brasileira, como no caso da população negra, durante os 21 anos de ditadura militar. O racismo à brasileira e suas dinâmicas de produção sistêmica de posições de privilégios e de marginalização — o



racismo antinegro neste caso específico — para brancos e negros, respectivamente, dificilmente são abordados como temas caros à interpretação concreta do regime ditatorial.

Alia-se a isso a secundarização das experiências históricas de contestação coletiva da sociedade civil ao regime ditatorial e as desigualdades socioeconômicas vigentes no período em tais agendas tradicionais de pesquisa. Trata-se, mais especificamente, dos estudos em torno dos novos movimentos sociais que surgem, na esfera pública brasileira, fundamentalmente a partir da década de 1970 com a “abertura política” (Doimo, 1995). Enfatizando a agência política coletiva e autônoma da sociedade civil, tais movimentos sociais agiram em favor da democratização e do combate às desigualdades nos mais variados setores da sociedade. Eles também influenciaram na produção de formas de interpretação da realidade brasileira no período.

O presente estudo parte da constatação da baixa visibilidade dada a questão racial e a agência dos movimentos sociais, mais especificamente dos movimentos negros, quando o assunto é Ditadura Militar, para lançar luz a relevância de tais temas quanto ao inacabado processo de redemocratização da sociedade brasileira, a pluralização das vozes progressistas de reivindicação política e ao combate às desigualdades que estruturam, historicamente, a sociedade brasileira e sua estratificação social.

Busca-se refletir, inicialmente, a respeito do processo histórico de formação dos movimentos negros contemporâneos, de modo a enfatizar a agência política organizada de parcela significativa da população afro-brasileira ao longo do período de abertura e transição política (Pereira, 2010), observando a relevância da delimitação histórico-temporal de tal desenvolvimento histórico. Falamos, de forma geral, de duas fases, quais sejam: a primeira, dada entre a década de 1970 e a primeira metade da década seguinte, marca o processo de formação de novas redes associativas negras e de radicalização de suas reivindicações políticas como parte da mobilização autônoma da sociedade civil em face do Estado ditatorial; a segunda, por sua vez, marca o processo de institucionalização e profissionalização do ativismo antirracista das associações e seus agentes político-intelectuais-burocráticos vinculados, por sua vez, aos movimentos negros e de mulheres negras entre a segunda metade da década de 1980 e a década de 1990 (Rios, 2014).

Inobstante a relevância da análise que considera ambos os períodos históricos supracitados, o presente trabalho versa apenas sobre a primeira fase do desenvolvimento dos movimentos negros contemporâneos. Isto, por ser justamente ela que retrata a formação das



associações político-culturais afro-brasileiras responsáveis pela pavimentação do ativismo antirracista contemporâneo, além de corresponder ao período inicial do específico processo de autonomização dos movimentos de mulheres negras. É durante esse período que tais associações e seus agentes mobilizadores constituíram-se como forças políticas de uma resistência à esquerda ao regime militar, fato esse comumente negligenciado pelos estudos especializados em Ditadura Militar.

Outrossim, visamos refletir, conjuntamente, sobre a produção de conhecimento acerca da realidade brasileira impulsionada por intelectuais e ativistas, negras e negros, diretamente ligados ou, no mínimo, influenciados pelas *práxis* dos movimentos negros e de mulheres negras no período supracitado. Para tanto, partimos de uma hipótese principal que pode ser descrita da seguinte maneira: os movimentos negros e de mulheres negras representam lugares sociais de produção — e inspiração para a elaboração — de interpretações do Brasil. Em nossa concepção (Pessoa, 2024, p. 13), os movimentos negros e de mulheres negras do século XX, enquanto organizações coletivas da luta política negra, configuraram-se historicamente como lugares sociais de impulsionamento de um pensamento social propriamente afro-brasileiro, de modo que uma fortuna crítica fora paulatinamente acumulada por diferentes gerações de uma tradição político-intelectual particularmente negra.

A fim de dar conta de seu específico recorte temático, o presente trabalho visa analisar o processo de formação dos impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980, trazendo à tona algumas de suas principais características gerais — observando as especificidades de tais contribuições para a fortuna crítica mais abrangente do pensamento social afro-brasileiro elaborado ao longo do século XX. Procura-se, também, analisar os matizes presentes nas interpretações de intelectuais-ativistas, com produção acadêmica politicamente engajada em relação à proximidade com as associações negras, como nos casos de Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. Também destacaremos o caso de Clóvis Moura como um intelectual negro que, não obstante o fato de não poder ser classificado como um intelectual orgânico dos movimentos negros brasileiros, teve a influência desses em sua vasta obra intelectual especialmente a partir da década de 1970 (Oliveira, 2016).

Doravante, o presente trabalho divide-se em quatro partes, de modo a apresentar esquemática e organizadamente os conteúdos e objetivos supracitados. A primeira parte destina-se a reflexão concernente ao peso exercido pelas desigualdades econômicas e sociopolíticas estruturadas pelos imbricamentos entre racismo, sexismo e exploração de classe



sobre o cotidiano da esmagadora maioria do segmento populacional afro-brasileiro, historicamente marginalizado e localizado nas posições mais baixas da estratificação social brasileira, durante o regime ditatorial. A segunda parte, por sua vez, versa sobre o processo histórico de gênese dos movimentos negros contemporâneos a partir da década de 1970, enfatizando a radicalização da agenda política particularmente afro-brasileira em meio a contraditória dinâmica de repressão e vigilância, por parte dos órgãos de segurança pública, das associações político-culturais negras em Estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

A terceira parte trata do processo de autonomização dos movimentos de mulheres negras e sua interface crítica com os setores dos movimentos negros e feministas brasileiros mais abrangentes devido aos respectivos masculinismo e embranquecimento de tais movimentos sociais e a consequente secundarização dos debates concernentes aos imbricamentos entre gênero e raça em suas pautas políticas. A quarta parte, por fim, apresenta uma breve análise esquemática dos impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro erigidos à época, observando a importância da hipótese supracitada da vinculação entre as *práxis* negras em movimento e o estímulo à produção de um pensamento social particularmente negro.

Conclui-se que a nova fase do desenvolvimento histórico dos movimentos negros do século XX, representada pelos setores e associações político-culturais negras que surgem a partir da década de 1970, representou, em seu primeiro ciclo pelo menos, um processo de radicalização da luta política historicamente construída pelos movimentos negros brasileiros ao longo das décadas anteriores. Mais do que isso, a radicalização do discurso político fez-se presente também nos impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro elaborados no período que nos interessa, levando os seus construtores a um acerto de contas com o pensamento social e político brasileiro canônico e suas teses em torno do “problema do negro”, bem como com as estratégias de luta antirracista implementadas pelas gerações político-intelectuais mobilizadoras que lhes precederam quanto ao consenso, crítico ou acrítico, em torno da tese da democracia racial.

Pode-se dizer que a perspectiva crítico-estrutural do racismo e a afirmação dos lócus enunciadores negros e de mulheres negras com base na construção política de uma identidade afro-brasileira configuram os mais importantes legados epistêmicos das gerações mobilizadoras dos associativismos negros nas décadas de 1970 e 1980 que, junto a intelectuais-ativistas relativamente próximos as *práxis* negras em movimento à época — sendo influenciados por elas, portanto —, deram vida aos impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro e a



sua fortuna crítica no íterim de maturação das estruturas gramaticais contemporâneas da imaginação sociopolítica afro-brasileira.

## **2 MOVIMENTOS NEGROS E OS IMPULSOS CRIATIVOS DO PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO AFRO-BRASILEIRO (1970-1980)**

### **2.1 O imobilismo social racializado no contexto histórico de formação dos movimentos negros contemporâneos**

A década de 1970 é um período importante para a história do Brasil, pois, dentre outras questões, marca o início do processo de redemocratização da sociedade brasileira frente a ditadura militar instaurada em 1964. É neste período de “abertura política” que surgem novos movimentos sociais e políticos críticos ao regime ditatorial e as seculares desigualdades sociais vigentes no país. Em tal íterim histórico, as *práxis* negras em movimento ofereceram contributos fundamentais para a resistência aos governos ditatoriais, bem como para o ainda inacabado processo de redemocratização brasileira.

A gênese dos movimentos negros contemporâneos<sup>2</sup>, entre as décadas de 1970 e 1980, é marcada por três questões centrais à organização política e econômica do período ditatorial pós-64: por um lado, o peso do racismo no processo de recrudescimento das condições de vida de parcela significativa da população negra no período; por outro lado, a interdição do debate acerca da questão racial na esfera pública nacional.; por fim, interligadamente, a vigilância e a repressão aos movimentos sociais e as reivindicações populares, mais especificamente aos movimentos negros.

No que concerne à economia, as mudanças trazidas pelo processo de industrialização via indução de capitais estrangeiros, dentre as quais a reorganização do mercado de trabalho é a mais significativa, incidiram negativamente no cotidiano de parte expressiva da população afro-brasileira. Isto, pois, neste íterim, os setores de menor expressão do mercado de trabalho, capitaneados pelas pequenas empresas, pelo setor de serviços e pelas pequenas propriedades rurais – ancorados, por sua vez, pela produção não-

---

<sup>2</sup> Tratam-se associações negras, de cariz explicitamente político, que surgem no cenário político, cultural e intelectual brasileiro a partir da década de 1970. Foram responsáveis pela pavimentação das agendas e das linguagens políticas antirracistas contemporâneas no Brasil.



qualificada – tornar-se-iam espaços cada vez mais enxutos dentro da economia nacional.

Conforme Lélia Gonzalez (1982, p. 12), seriam esses os polos econômicos nos quais a população negra teria mais espaço dentro do mercado de trabalho, pois parte expressiva deste segmento populacional não pôde ter acesso à formação socioprofissional em ambientes escolares de qualidade, dados os mecanismos de compressão social, econômica e educacional operados pelo racismo, classismo e, no caso das mulheres negras, pelo sexismo sob a população afro-brasileira.

Precariamente alocada nos setores de menor expressão do mercado de trabalho (subempregos) e quase completamente excluída dos setores mais valorizados e industrializados à época, a esmagadora maioria da população negra seria relegada as margens da sociedade brasileira (Gonzalez, 2020a, p. 101). As dinâmicas objetivas e intersubjetivas do processo de marginalização, ancoradas pelo racismo enquanto um sistema de produção e reprodução de desigualdades e privilégios, paramentadas e justificadas pela racialização de grupos sociais tidos como intrinsecamente distintos, reproduzia, no período citado, a organização básica da estratificação social brasileira: o negro está na lata de lixo da sociedade.

Junta-se a isso o fato do controle social, especialmente via violência policial dentro de um regime de velada e racializada segregação socioespacial, ser – e ainda é – uma medida essencial para a contenção das formas de contestação a sistemática opressão da população negra no período previamente citado. Tal conjunto de mecanismos repressivos, que é tanto concreto quanto sociossimbólico, exercia um papel decisivo na manutenção do funcionamento da ordem para o progresso social à época, conservando questões fulcrais como: a dinâmica racializada e generificada da relação entre capital e trabalho; a também racializada segregação socioespacial; a desarticulação política da maioria da população afro-brasileira e a manutenção da ideologia da democracia racial como parte do *ethos* da sociedade brasileira.

É a partir daí que o racialismo e o racismo se configuram, ideologicamente, enquanto profecias autorrealizadoras, posto que, se as condições objetivas da opressão e exploração da força de trabalho afro-brasileira gestam as condições de miserabilidade de tal segmento populacional no período supracitado, contudo, as causas de tal processo de desumanização de corpos negros foram — e ainda são — tidas por significativa parcela da população brasileira como criações da própria incapacidade e da pretensa natureza autodepreciativa de afro-





brasileiros e afro-brasileiras.

Cabe destacar, no entanto, que durante o regime ditatorial também houve uma relativa expansão do acesso ao Ensino Superior para parcelas não majoritárias da população afro-brasileira, especialmente nas redes privadas. De acordo com Joel Rufino dos Santos, tal processo foi “responsável por um grande número, proporcional, de negros graduados” (Santos, 1985, p.290). É possível afirmar com isso que, comparado as décadas anteriores, um maior número de pessoas negras, fundamentalmente jovens de origens humildes, passou a cursar graduações em instituições universitárias neste período, de tal sorte que espaços para a reflexão e o delineamento de críticas ao racismo fossem construídos dentro dessas instituições.

Malgrado a existência de significativos ganhos individuais por parte de pessoas negras quanto a mobilidade socioeconômica via educação à época, expresso, por exemplo, no caso do acesso ao ensino superior para parcela minoritária desse segmento populacional, o mecanismo de compressão socioeconômica racializada, fruto da formação histórica escravista racial do país (Moura, 2019, p. 102), continuava a estruturar a estratificação social brasileira nas décadas finais do século XX.

No que diz respeito à esfera pública, os debates concernentes ao racismo à brasileira foram amplamente limitados, no período ditatorial, tanto nas produções sociológicas e historiográficas que, ao menos desde a década de 1950, produziam diagnósticos críticos a discriminação racial e ao consenso em torno do caráter democrático das relações raciais brasileiras, como nos exemplos de Roger Bastide, Florestan Fernandes e Clóvis Moura<sup>3</sup>, quanto nas atuações de intelectuais-ativistas negros(as) que, em interface direta com os movimentos negros, denunciavam, coletivamente, a ilegitimidade do regime ditatorial e o caráter mortífero do racismo brasileiro.

A ideologia da democracia racial, fator central da construção do Brasil enquanto “comunidade política imaginada” (Anderson, 2008, p. 32) e de sua identidade nacional “metarracial” (Freyre, 2005, p.383), paulatinamente pensadas pelas elites intelectuais, políticas e econômicas brasileiras entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, foi implementada como doutrina estatal por parte dos governos ditatoriais. Isto pode

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo: Roger Bastide; Florestan Fernandes. Relações entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Editora Anhembi LTDA, 1955; Florestan Fernandes. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global Editora, 2013; Florestan Fernandes. A integração do negro à sociedade de classes. 6º ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021; Clóvis Moura. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.





ser facilmente verificado no artigo 39 do decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1969, que criminalizava a incitação “[...] à luta de classes, à paralização dos serviços ou atividades essenciais, ao ódio ou à discriminação racial” (Alves, 1985, p. 159). Por discriminação racial, entendia-se toda e qualquer manifestação antirracista, em especial aquelas de perceptível cariz político.

Clóvis Moura enfatiza o peso da pretensa democracia racial brasileira no discurso político militar durante o período ditatorial ao citar a comunicação do presidente Ernesto Geisel para o secretariado da Organização das Nações Unidas (ONU), quando do Dia Internacional Para a Eliminação da Discriminação Racial, em março de 1977. Diz a comunicação que

[...] o Brasil é o produto da mais ampla experiência de integração racial que conhece o mundo moderno, resultado, ao longo dos séculos, de um processo harmônico e autônomo, inspirado nas raízes profundas dos povos que aqui somaram esforços na construção do País [...] Compartilham os brasileiros da convicção de que os direitos da pessoa humana são desrespeitados nas sociedades onde conotações de ordem racial determinam o grau de respeito com que devem ser observadas as liberalidades e garantias individuais (Geisel, 1977 apud Moura, 2019, p. 132).

Por outro lado, os órgãos governamentais de vigilância, inteligência e repressão, como o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS), caracterizaram-se, especialmente a partir da década de 1970, pela produção de dossiês investigativos concernentes às atividades de intelectuais e militantes negros e/ou brancos antirracistas atuantes nas instituições universitárias brasileiras, nos movimentos negros, na esfera mais abrangente dos novos movimentos sociais, em suma, nos espaços políticos de contestação do regime vigente (Kössling, 2007). Destarte, ao passo que se desenrolava o período de “abertura política” e, portanto, de maior autonomia para a luta oposicionista implementada pelos movimentos sociais, dentre os quais as associações negras gestadas neste período, mais as forças de segurança e repressão observavam as atividades políticas, culturais e intelectuais afro-brasileiras, taxando-as, de forma significativa, como subversivas, apologistas da discriminação racial e próximas às práticas consideradas, pelo regime, como comunistas.

Contestar o ideário da democracia racial, isto é, de uma doutrina estatal, equivaleria a promover a desordem social e a subversão com base na disputa de ideias – rompimento de consensos necessários à ordem social e, portanto, ao funcionamento da democracia brasileira nos moldes do pensamento esguiano (Kössling, 2007). Seguindo um roteiro



comumente difundido pela narrativa da democracia racial – a saber, a constante comparação da realidade brasileira com a realidade estadunidense comprovaria a inexistência do racismo no Brasil –, os órgãos de vigilância e repressão preocupavam-se com a aproximação e a emulação, por parte das associações e “elementos” subversivos negros, das práticas e do pensamento político antirracista (liberal ou revolucionário) afro-estadunidense, por um lado; e das *práxis* anticoloniais africanas, constituídas significativamente por expressões marxistas terceiro-mundistas do século XX, junto, claro, as possíveis denúncias das desigualdades sociais racializadas, em seio nacional e, especialmente, em âmbito internacional.

A subestimação do potencial endógeno da organização política coletiva das associações negras foi um dos motivos da maior ênfase dada, pelas forças de segurança pública, a vigilância, em face da repressão direta a tais coletivos culturais e políticos. Todavia, o caráter latente da radicalização dos movimentos negros tornou os coletivos negros e intelectuais-militantes como Abdias Nascimento – mesmo ainda estando em autoexílio no exterior –, Beatriz Nascimento<sup>4</sup> e Clóvis Moura<sup>5</sup> como elementos desviantes em potencial aos olhos do poder público, cujas atividades deveriam ser investigadas e possivelmente reprimidas.

No que concerne ao racismo antinegro e aos esforços em torno da imobilização da luta antirracista, o ponto chave da atuação do regime ditatorial, mediante Doutrina de Segurança Nacional, consistiu na imposição do Estado como arrimo político e ideológico da identidade nacional forjada a partir do mito da democracia racial, onde o Brasil, enquanto paraíso das “raças”, deveria conservar seu *status* de nação pós-racial. Uma nação cotidianamente construída, nas relações sociais, por um “equilíbrio de antagonismos” (Freyre, 2003, p. 128), sendo o racial o principal exemplo historicamente comprovável. Deste modo, podemos afirmar que a ênfase dada, por parte dos governos ditatoriais, a imagem da sociedade brasileira como intrinsecamente imune ao racismo foi importante não somente para o pleno funcionamento e validação social do regime, mas sobretudo para a salvaguarda, em nível nacional e internacional, de uma ideia de nação historicamente

<sup>4</sup> Beatriz Nascimento foi tratada pelo Ministério do Exército e o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) como apologista da luta racial devido a repercussão de seu texto “Zumbi”, publicado no Boletim do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). Ver: Assunto: Boletim do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, 9 de janeiro de 1978, DGIE 252, 197.” (apud Alberto, 2005, p. 424-425).

<sup>5</sup> Clóvis Moura fora investigado pelo DEOPS/SP ao menos desde a década de 1950. Ver: Informação confidencial sobre Clovis Moura, fl. 2. Dossiê 50-Z-0- 14615. DEOPS/SP, DAESP (apud Kossling, 2007, p. 62)



construída pelas elites brasileiras; não essa artificialmente elaborada apesar da população negra, considerada historicamente como elemento de atraso para uma eventual modernização (embranquecimento epidérmico e cultural, via miscigenação e assimilação) da sociedade brasileira.

As forças coletivas constitutivas dos movimentos negros contemporâneos, isto é, das associações negras que surgem no cenário político, cultural e intelectual brasileiro a partir da década de 1970, se constituem a partir das frestas de uma sociedade historicamente racializada e desigual. Veremos adiante que, não somente novas redes associativas negras surgem nos espaços de contestação do regime ditatorial, mas também novos impulsos criativos são elaborados por parte da fortuna crítica do pensamento social afro-brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980.

## **2.2 A radicalização da agência política afro-brasileira e a reformulação dos movimentos negros durante entre os anos 1970 e 1980**

O período ditatorial pós-64 marcou um refluxo no desenvolvimento histórico, em longa duração, dos movimentos negros que, ao menos desde os anos 1930, faziam-se presentes no cenário político brasileiro<sup>6</sup>. Este refluxo caracteriza-se pela desarticulação das associações político-culturais negras, bem como de suas lideranças mobilizadoras, sendo o autoexílio de Abdias Nascimento, a partir de 1968, e a consequente desarticulação do Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, significativos exemplos desse quadro. Isto acarretou na alternância intergeracional das camadas mobilizadoras das redes associativas negras durante o regime ditatorial.

Em se tratando do recorte supracitado, importa destacar, no entanto, que o acúmulo e a transmissão, para as novas gerações mobilizadoras, de distintas experiências políticas ligadas as expressões dos movimentos negros, entre as décadas de 1930 e 1960, por parte de intelectuais-militantes como Abdias Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira, José Correia Leite, Oswaldo de Camargo e Thereza Santos, bem como os diferentes caminhos trilhados por

---

<sup>6</sup> Consoante Domingues (2007), o processo histórico de formação dos movimentos negros pode ser analisado, didaticamente, a partir da concepção de três fases gerais quanto a seu desenvolvimento entre o final do século XIX e todo o século XX. A primeira fase marca o período da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937); a segunda fase, da Segunda República a Ditadura Militar (1945-1964); a terceira fase, do período final da ditadura militar (a redemocratização) até a configuração do Estado Democrático de Direito Brasileiro (1970-1990).



eles em setores acadêmicos e de mobilização política mais abrangente, operaram como fatores significativos na reorganização das práxis negras em movimento durante a década de 1970.

Se é possível ter no refluxo do desenvolvimento histórico dos movimentos negros e na desarticulação de suas lideranças mobilizadoras — ambos ocasionados pela censura política e pela repressão ditatorial — dois fatores significativos para a alternância intergeracional das camadas intelectualizadas e mobilizadoras do ativismo político afro-brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970, tese essa defendida por Lélia Gonzalez (1982, p. 27), é preciso destacar que tal desfiliação não se deu de forma completa ou definitiva. Isto porque, como anteriormente destacado, existiram redes de conexão entre representantes de diferentes gerações de intelectuais-militantes afro-brasileiros(as) no período. Deste modo, relevantes foram as contribuições das gerações ativistas negras predecessoras para a formação de novas redes associativas negras e para a articulação de seus agentes mobilizadores entre as décadas de 1970 e 1980.

Falando especificamente a respeito das gerações de intelectuais e militantes que tomaram como tarefa a mobilização, organização e direção dos associativismos negros que surgiram no cenário político brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980, pode-se dizer, consoante Flávia Rios (2014, p. 48), que elas foram compostas por pessoas com perfis socioeducacionais e econômicos em comum: 1. Origem em seios familiares sem posses e capital político; 2. Formação escolar no período da Segunda República; 3. Acesso ao Ensino Superior, seja em universidades públicas ou privadas, durante a ditadura militar; 4. Relativa ascensão social a partir da formação socioeducacional em nível superior. São, portanto, os já mencionados jovens e adultos que acessam as instituições de ensino superior durante o regime ditatorial os construtores e construtoras das mobilizações dos associativismos negros contemporâneos.

Intelectuais-militantes da primeira geração dos associativismos negros do pós-1964, como Amauri Mendes Pereira, Beatriz Nascimento, Edson Cardoso, Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez, Neusa Maria Pereira, Milton Barbosa, Regina Santos e Yedo Ferreira podem ser tidos como figuras relevantes para a mobilização política dos movimentos negros nas décadas de 1970 e 1980, especialmente no que tange as tentativas de unificação de projetos políticos de



emancipação da população negra, cujo maior exemplo é comumente observado na trajetória histórica do Movimento Negro Unificado (MNU)<sup>7</sup>.

O mesmo pode ser dito das afro-brasileiras que passam a construir formas de associação políticas, intelectuais e culturais autônomas nos que viriam a ser conhecidos como movimentos de mulheres negras (Rios; Maciel, 2018). Intelectuais-ativistas como as já citadas Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Thereza Santos, bem como Edna Roland, Matilde Ribeiro e Sueli Carneiro, dentre outras, incidiram significativamente tanto na mobilização política, quanto na produção de conhecimento acerca da realidade brasileira por parte de mulheres afro-brasileiras nos últimos 50 anos.

Sendo as instituições universitárias um dos mais importantes lugares sociais de mobilização política e, junto aos centros de pesquisa privados, de produção de interpretações críticas da realidade brasileira (Sorj, 2001) no período supracitado, o acesso as instituições universitárias foi um passo fulcral para a inserção dessas gerações mobilizadoras na esfera política mais ampla de oposição ao governo ditatorial. A partir disso, foi possível conectar a atuação coletiva engajada daquela militância, seja no seio das associações político-intelectuais negras ou em espaços universitários, aos círculos políticos oposicionistas mais abrangentes.

Neste diapasão, destaca-se, fundamentalmente, a relação entre as associações negras, seus agentes político-intelectuais e as novas expressões políticas da esquerda brasileira que surgem, concomitantemente, na resistência ao regime ditatorial. Tal relação pode ser observada na: circulação de intelectuais-militantes afro-brasileiros(as) nos novos movimentos reivindicativos da sociedade civil e, especialmente, nos movimentos estudantis universitários; nas tentativas de articulação dos associativismos negros com as novas forças políticas de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT), mediante inserção de quadros, como no caso de Lélia Gonzalez, no partido ao longo do período da redemocratização. Doravante, é possível destacar, por um lado, a influência significativa dos horizontes políticos das novas esquerdas brasileiras na formação das novas associações político-culturais negras no período;

---

<sup>7</sup> Criado em 16 de junho de 1978 no Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) e lançado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo quando de um ato antirracista em denúncia de atos discriminatórios e nocivos à população negra brasileira — o brutal assassinato de Robson Silveira da Luz, trabalhador negro, por policiais do distrito de Guaianases, em São Paulo, e a exclusão de atletas negros do Clube Tietê, também no mesmo Estado, por intermédio do racismo —, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) mobilizou milhares de pessoas na luta contra o racismo em plena ditadura militar. Posteriormente renomeado, o Movimento Negro Unificado (MNU) mobilizou apoio de intelectuais e militantes negros(as) no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, dentre outros estados, de modo a construir pontes na luta coletiva da população negra brasileira, a fim de que delegações estaduais fossem criadas e organizadas dentro do MNU.



por outro lado - o que é mais importante –, podemos situar tais expressões dos movimentos negros e seus mobilizadores como agentes políticos da construção de uma oposição de esquerda à ditadura militar.

Não obstante a pertinência da atuação da militância afro-brasileira nos círculos de esquerda, tanto em suas expressões liberais quanto em círculos clandestinos, socialistas e comunistas, outro elemento basilar – e talvez mais decisivo – da agência de tais gerações mobilizadoras foi a vivência nos espaços sociais de associação historicamente construídos por pessoas negras. A participação nos e a influência dos novos ou tradicionais espaços de sociabilidades afro-brasileiras, verdadeiros constructos da cultura de diáspora negra no Brasil, junto com a tradução de manifestações culturais afro-estadunidenses, tais como os bailes “blacks” e a *Soul music* para os espaços terreirizados da negritude carioca, por exemplo, configuraram não somente dimensões de ludicidade frente a realidade racista, mas, sobretudo, lugares sociais de engajamento político e de inspiração para a reflexão intelectual para setores significativos da população afro-brasileira.

Dada a condição específica desta multifacetada experiência, isto é, da ocupação de lugares sociais distintos, com diferentes posições – o acadêmico, o político e o particularmente negro, de extração popular –, as gerações mobilizadoras dos movimentos negros das décadas de 1970 e 1980 puderam promover espaços de reflexão e divulgação do pensamento social africano e afrodiaspórico – notavelmente afro-brasileiro e afro-estadunidense – em voga no período, tanto nos espaços autônomos negros, quanto nas instituições universitárias. Partindo da herança das gerações anteriores, as expressões contemporâneas da militância afro-brasileira constituiriam espaços de contestação e resistência ao racismo, ao sexismo e/ou a exploração de classe no seio das associações negras e nas universidades.

Em grupos de pesquisa como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes (Ceea), o Grupo de Trabalho André Rebouças (Gtar) da Universidade Federal Fluminense, o Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), dentre outros, estudantes negras e negros constituíram redes associativas importantíssimas para a formação das camadas intelectualizadas responsáveis pela mobilização política e pela produção de pensamento social afro-brasileiro durante o período supracitado.

O mesmo pode ser dito das associações políticas e culturais particularmente construídas por pessoas negras como: o Grupo Palmares, fundado em 1971, no Rio Grande do Sul; o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), formado em 1972, em São Paulo; o bloco afro-brasileiro Ilê



Aiyê, que sai às ruas de Salvador, na Bahia, em 1974; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba) e o Grupo de Trabalho André Rebouças (Gtar), ambos fundados no Estado do Rio de Janeiro, em 1975.

De acordo com Petrônio Domingues (2007, p. 112-114), a imprensa negra, elemento fundamental da formação sócio-histórica dos movimentos negros brasileiros ao menos desde meados do século XIX, passa por um novo ciclo de formação ao longo deste período, especialmente no Estado de São Paulo, como nos casos dos jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro*, *Biluga* (1975) e *Nagô* (1975). Já no final da década de 1970, temos a criação de órgãos da imprensa negra próximos as fileiras do Movimento Negro Unificado (MNU) e as associações autônomas de mulheres negras. Em São Paulo: o *Jornegro* (1978), o *Saci* (1978), *Abertura* (1978), *Vissungo* (1979), *Pixaim* (1979) e o *Quilombo* (1980); no Rio de Janeiro: o *SINBA* (1977), *Africus* (1982) e *Nzinga* (1983); no Rio Grande do Sul: o *Tiçã* (1977); Na Bahia: o *Nêgo*, órgão da imprensa negra fundado em 1981.

A postura crítica a respeito do racismo à brasileira promoveu, para tal militância afro-brasileira, um processo de “conscientização em relação à sua própria negritude e em relação à existência do racismo” (Pereira, 2010, p. 182). Conscientizar a si e a toda população afro-brasileira a respeito do caráter sistêmico do racismo à brasileira, bem como, por outro lado, valorizar a identidade negra – elaborando concepções da negritude como identidade política positiva – eram as tarefas principais destes grupos. Deste modo, as gerações mobilizadoras dos novos associativismos negros se constituíram de forma análoga a vanguardas político-intelectuais (Domingues, 2007), seguindo os passos de suas predecessoras, ainda que, ao menos na concepção de seus integrantes – como ainda veremos –, tenham exorcizado alguns dos fantasmas do passado.

Um novo ciclo de maturação dos movimentos negros brasileiros se deu, entre as décadas de 1970 e 1980, portanto, mediante mobilização de seus militantes em entidades culturais, centros de estudos e grupos de atuação política ligados tanto as instituições universitárias e aos setores de mobilização política à esquerda, quanto as associações populares negras. Deste quadro, é possível apontar para a formação, especialmente a partir da segunda metade da década de 1970, de uma rede de associativismos negros erigidos em diversos Estados brasileiros. A construção desta sofisticada rede de mobilização política, cultural e, conseqüentemente, de produção e circulação de ideias, foi um processo determinante para a consolidação das





expressões contemporâneas e diretamente políticas dos movimentos negros brasileiros, assim como das tentativas, nem sempre exitosas, de unificação da agência política afro-brasileira em nível nacional (Rios,2014).

O Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, no Estado de São Paulo, é comumente destacado como a principal expressão dos associativismos negros do período por promover a tentativa de unificar a agência e as agendas políticas afro-brasileiras, colocando-se como o principal representante das reivindicações da população negra no país. Outro fator significativo para tal classificação seria a postura diretamente política implementada pela militância do MNU em seu léxico discursivo e ideário político.

Entre o final da década de 1970 e o início da década seguinte, setores representativos dos movimentos negros, notavelmente o MNU, radicalizaram a luta antirracista com base na crítica ao regime militar; às elites intelectuais brasileiras e sua tradição de objetificação-inferiorização da população negra, anteriormente denunciada por intelectuais afro-brasileiros como Alberto Guerreiro Ramos<sup>8</sup>, assim como por pensadores brancos antirracistas como Florestan Fernandes; criticavam, também, as gerações que lhes antecederam quanto as suas estratégias de luta antirracista centradas em perspectivas elitistas e assimilacionistas a setores mais valorizados da sociedade capitalista, devido à baixa intensidade da crítica ao caráter sistêmico do racismo à brasileira presente em tal horizonte político.

Isto representou uma nova fase no desenvolvimento histórico dos associativismos negros do século XX; uma nova síntese mediante aproximações e afastamentos entre as novas e antigas gerações de intelectuais-militantes negros e negras. Superando o ideal hegemônico do equilíbrio de antagônicos, as novas gerações deixavam de lado, também, estratégias integracionistas orientadas ora pelo endosso, ora pela disputa crítica da ideia de democracia racial brasileira, posições cambiantes na história de instituições como a Frente Negra Brasileira (FNB), a União dos Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) entre as décadas de 1930 e 1960.

Em uma frase: inclusão em que tipo de sociedade? Dada a conjuntura interna e a ressonância das lutas africanas e afrodiaspóricas contra o colonialismo e o racismo, entre as décadas de 1960 e 1970, a luta antirracista implementada pelos movimentos negros contemporâneos enfatizava a busca pela emancipação do “povo” negro com base numa profunda transformação social. Dito de outra forma, a construção discursiva do argumento geral

---

<sup>8</sup> Ver: Alberto Guerreiro Ramos. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.



das reivindicações políticas – pensadas, no entanto, por múltiplos horizontes políticos, desde perspectivas reformistas até revolucionárias – dos movimentos negros do final do século XX rompia, explicitamente, com o consenso em torno da democracia racial brasileira, tomando-a como um “mito” ou ideologia.

Partindo de um diálogo crítico – por vezes subestimando a produção teórica e a atuação política de seus antecessores – com os referenciais historicamente acumulados da luta antirracista dos movimentos negros e da imaginação sociopolítica afro-brasileira, o discurso político dos associativismos negros das décadas de 1970 e 1980 caracterizou-se por uma crítica explícita ao capitalismo brasileiro:

O Movimento Negro Unificado tem como objetivos centrais a luta política contra o Racismo e a Discriminação Racial articulada ao lado da luta contra a Exploração e a Opressão em que está submetido o conjunto dos trabalhadores brasileiros, promovida pelo tipo de política econômica, social e cultural adotada pelas autoridades brasileiras e pela classe dominante branca, minoritária e racista (Movimento Negro Unificado, 1988, *apud* Santos, 2007, p. 130).

Esta alteração no *modus operandi* das *práxis* afro-brasileiras é central para a configuração dos movimentos negros contemporâneos, entendendo-os como diretamente políticos e, ao menos em aspiração por parte de seus integrantes, de extração popular. Não à toa um dos fatores característicos do discurso político das expressões dos movimentos negros durante as décadas de 1970 e 1980 consiste na ênfase quase absoluta na agência política da sociedade civil em face da posição “demiúrgica” (Ianni, 2004, p.43) do Estado nacional, seguindo, portanto, um posicionamento consensual dentro do espectro mais abrangente dos novos movimentos sociais.

Tal agência visava a unidade na diversidade dos setores explorados e oprimidos da sociedade brasileira, opondo-os a classe dominante racializada, isto é, branca. Percebe-se com esse exemplo a aproximação da linguagem política de parte expressiva dos movimentos negros brasileiros à época com os marxismos e socialismos em voga à época e, como ainda veremos adiante, o peso de tal quadro na radicalização à esquerda dos impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro.



### **2.3 Feminismos afro-brasileiros e suas atrizes políticas: a gênese do processo histórico de autonomização dos movimentos de mulheres negras (1970-1980)**

As experiências políticas capitaneadas por afro-brasileiras marcam, a partir da década de 1970, o processo de formação, autonomia e consolidação dos movimentos de mulheres negras dado, por sua vez, em três períodos históricos distintos, a saber: a gênese da autonomização dos movimentos de mulheres negras, mais especificamente entre o final da década de 1970 e a década seguinte; o processo de profissionalização e institucionalização do ativismo feminista negro entre os anos 1990 e o início do presente século; as rearticulações políticas e epistemológicas das *práxis* feministas negras nos últimos 20 anos (Rios; Maciel, 2018).

Em se tratando especificamente do primeiro período – que retrata justamente a ênfase na agência política autônoma da sociedade civil, destacando-se o caso das associações negras –, a autonomização dos movimentos de mulheres negras se deu a partir dos debates e embates entre militantes afro-brasileiras, as organizações políticas feministas e os setores mais abrangentes dos movimentos negros contemporâneos, onde as temáticas concernentes ao racismo e ao sexismo eram negligenciadas, respectivamente. Em ambos os casos, as reivindicações das ativistas afro-brasileiras eram tidas como secundárias perante as agendas políticas feministas e antirracistas ao nível imediato (Rios; Perez; Ricoldi, 2018).

Lélia Gonzalez (2020a) nos indica que, já nos primeiros anos da década de 1970, houveram reuniões realizadas por mulheres negras dentro do movimento negro carioca, por onde o sexismo e o racismo eram debatidos conjuntamente, algo que demarcaria posicionamentos críticos, por parte de intelectuais-militantes afro-brasileiras, ao machismo presente no seio das associações negras à época.

Quanto a atuação política e intelectual dos quadros militantes dos movimentos de mulheres negras quando em interface com os setores mais abrangentes e, quase sempre, masculinizados dos movimentos negros, a agência coletiva de tais sujeitas sociais orientou-se pela tese da “dupla militância” (Gonzalez, 2020a, p. 111), cujos objetivos dividiam-se quanto as tarefas internas e externas ao seio das associações negras. Isto é, intelectuais e ativistas feministas negras buscavam denunciar, simultaneamente, o racismo sistêmico fora das reuniões regionais e nacionais dos movimentos negros e, quando da participação direta nos setores



internos de direção, organização e elaboração de pensamento político negro, explicitar o peso do sexismo na configuração dos associativismos negros da época.

Destarte, por um lado, a atuação política das mulheres negras trazia à tona as representações práticas das desigualdades de gênero internas aos movimentos negros e, por outro lado, apresentavam distintos questionamentos em torno do racismo à brasileira e seus imbricamentos com o sexismo, notadamente negligenciados, seja pelos coletivos negros masculinistas ou pelo setor dominante do feminismo (branco) brasileiro. Assim, Gonzalez infere que

[...] se a gente junta a essa prática uma consciência política, dá pra entender porque não só nossos irmãos, mas determinados setores do movimento de mulheres tenham ficado chocados com a nossa autonomia e agressividade de mulheres negras. Aliás, é importante ressaltar que agressividade significa "chamar a si", ou seja, "chamar às falas" (Gonzalez, 1982, p. 36-37).

Superar a branquidade do feminismo e o masculinismo dos círculos de debates e mobilização dos associativismos negros, notavelmente do Movimento Negro Unificado (MNU), era o desafio capitaneado por negras intelectuais como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Matilde Ribeiro, Sueli Carneiro, Edna Roland, Thereza Santos, dentre outras. Elas trouxeram à tona a centralidade da reflexão em torno da situação específica das mulheres negras com base nos imbricamentos entre as categorias de raça, gênero e classe como modo de (re)interpretar criticamente a realidade brasileira.

Entre 1979 e 1990 é possível destacar a fundação de coletivos autônomos de mulheres negras como o Remunea – Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (1978), o Luiza Mahin (1980), o Nzinga (1983) e o Centro de mulheres de Favela e Periferia (1986), no Rio de Janeiro; Em São Paulo, temos os casos do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo (1982), do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista (1986) e da Comissão de Mulheres Negras de Campinas (1987); o Coletivo Mãe Andressa, no Maranhão (1986); o Coletivo de Mulheres Negras de Minas Gerais (1987), do Espírito Santo (1987), da Bahia (1989) e de Brasília (1990), dentre outros.

Pertinentes, também, foram os encontros nacionais e regionais de reflexão teórica e engajamento político a respeito do lugar social das mulheres afro-brasileiras, organizados pelas próprias, tais quais o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988) e o 1º Seminário Nacional de Mulheres Negras (1993), realizados em Valença, no Estado do Rio de Janeiro, e Atibaia, no Estado de São Paulo, respectivamente. Nestes encontros, não somente as redes



associativas de mulheres negras foram particularmente articuladas e politicamente engajadas em torno de interesses em comum, notavelmente correspondentes as demandas da população negra em geral e das mulheres negras, em específico, em território nacional. Tais reuniões foram importantíssimas também para a construção de programas políticos e, especialmente, para o estímulo à produção de interpretações do Brasil mediante um léxico feminista negro que, por sua vez, foi central para o estabelecimento da autonomia do pensamento feminista negro no seio dos impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro do século XX.

O desenvolvimento histórico de tais entidades de luta coletiva implementadas por feministas afro-brasileiras marca o processo de consolidação da autonomização dos movimentos de mulheres negras que, entre o final da década de 1980 e os primeiros 20 anos do presente século, caracteriza-se pelos esforços de institucionalização de tais associações, especialmente mediante categorização enquanto organizações não-governamentais (Ongs) como no caso do Geledés – Instituto da Mulher Negra, criado em 1988, no Estado de São Paulo e a Ong Criola, criada em 1992, no Estado do Rio de Janeiro. Outra característica da autonomização dos movimentos de mulheres negras enquanto agentes políticos na esfera pública nacional é a profissionalização de suas agentes mobilizadoras, tanto no que concerne a especialização profissional, quanto a formação de quadros profissionais na burocracia estatal e na política institucional.

Tal processo histórico acompanhou o ritmo de institucionalização e profissionalização da militância dos associativismos negros mais abrangentes nos últimos 40 anos, isto é, da formação de uma “elite política negra” (Rios, 2014, p.223) na esfera burocrática estatal – seja em âmbitos especialmente voltados para a promoção de políticas públicas de combate ao racismo ou em setores menos especializados –, na política institucional e partidária. Tanto é que, entre o final da década de 1980 e as duas primeiras décadas do presente século, os movimentos autônomos de mulheres negras tornaram-se, a partir da *práxis* afro-feminista, protagonistas do ativismo político antirracista e contra o patriarcado na esfera pública nacional, além de, mediante suas agentes mobilizadoras, compor significativamente os setores da elite política e intelectual negra, seja na esfera burocrática do Estado, nas instituições acadêmicas ou, o que é mais comum, na sociedade civil a partir das organizações não-governamentais.



## **2.4 Os impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980**

Com base na apresentação concisa, presente nas últimas páginas, da gênese dos movimentos negros contemporâneos e da autonomização dos movimentos de mulheres negras no cenário político brasileiro, entre as décadas de 1970 e 1980, consideramos viável voltarmos nossa atenção para os imbricamentos entre a produção de interpretações do Brasil por parte de intelectuais afro-brasileiros(as) e as lutas plurais dos movimentos negros ao longo do século XX. Nossa hipótese pode ser descrita da seguinte maneira: os movimentos negros e de mulheres negras representam lugares sociais de produção — e inspiração para a elaboração — de interpretações do Brasil (Pessoa, 2024, p. 13).

De modo geral, podemos indicar que os associativismos negros representam os esforços coletivos empreendidos pela população afro-brasileira em face da condição de cidadania de segunda prateleira imposta a negras e negros desde a formação colonial e escravista de nosso país. Tais empreendimentos coletivos correspondem, historicamente, a refinados exemplos de invenções coletivas da cultura de diáspora afro-brasileira, por onde o Brasil foi constantemente reinventado pela atuação coletiva, nas frestas de uma sociedade historicamente racializada, racista e desigual, de entidades políticas, culturais e religiosas afro-brasileiras.

Se os associativismos negros são, de forma geral, lugares sociais de impulsionamento para a produção de pensamento social por parte de pessoas negras, esta produção é multifocal. Dito de outra forma, o Brasil foi constantemente interpretado e reinventado por abordagens polissêmicas adotadas por associações políticas, culturais e religiosas afro-brasileiras. Doravante, é possível dizer que as escolas de samba, os terreiros candomblecistas, umbandistas, as irmandades do cristianismo popular negro, grupos teatrais e movimentos artísticos e musicais particularmente afro-brasileiros construíram historicamente visões de mundo interpretativas da realidade brasileira. Elas constituem, significativamente, a fortuna crítica do pensamento social e político afro-brasileiro.

Neste sentido, o pensamento social e político afro-brasileiro pode ser categorizado como uma fortuna crítica produzida e historicamente acumulada por uma tradição intelectual e política particularmente afro-brasileira. Sua produção é secular e não se limita, temporalmente,



ao século XX, algo que demonstram os estudos voltados para as expressões da imprensa negra do século XIX, por exemplo<sup>9</sup>.

Nem mesmo suas abordagens e conteúdos podem ser limitados as formas de expressão baseados na escrita e na documentação empírica, isto é, as formas produção de conhecimento socialmente validadas pela academia. Ao contrário, a oralidade, as falas corporais e os ritmos sonoros detêm igual importância na construção desta fortuna crítica ancestral. As narrativas orais, o corpo e seus movimentos, bem como os ritmos que embalam as mais variadas expressões culturais e religiosas afro-brasileiras interpretam, indubitavelmente, o Brasil.

Deste modo, é pertinente indicar que, quando observados de forma abrangente, os impulsos criativos do pensamento social e político afro-brasileiro não se limitam as expressões elaboradas por intelectuais-militantes orgânicos(as) das associações negras de cariz explicitamente político existentes ao longo do século XX (Domingues, 2007, p. 101), isto é, aos movimentos negros e de mulheres negras, ou a pensadores(as) negros(as) que, embora não fossem militantes de tais redes associativas, aproximaram-se delas em suas trajetórias de vida. Dito de outra forma, insuficientes são as perspectivas conferidas, neste trabalho, às categorias intelectualidade negra e pensamento social afro-brasileiro para abordar tal polissêmica tradição intelectual e política de forma abrangente.

A fim de seguir nossa análise, adotamos, no entanto, concepções mais delimitadas quanto aos conceitos de pensamento social afro-brasileiro e de intelectualidade negra, correspondendo a uma parcela significativa da fortuna crítica historicamente produzida e acumulada por uma tradição de intelectuais-militantes negras e negros nos termos supracitados. Mais do que isso, o recorte do presente escrito nos leva a analisar apenas os impulsos criativos erigidos entre as décadas de 1970 e 1980, isto é, diretamente ligados ou influenciados pelas expressões contemporâneas dos movimentos negros e dos movimentos autônomos de mulheres negras.

Com base em um esforço de simplificação analítica, é possível destacar algumas perspectivas estruturantes das expressões do pensamento social afro-brasileiro ligado à primeira fase de desenvolvimento dos movimentos negros contemporâneos: 1. Revisão crítica das bases explicativas da formação nacional, expressa na denúncia da democracia racial como um “mito”; 2. Proximidades e afastamentos em relação às políticas das novas esquerdas brasileiras; 3. Busca pela articulação entre as reivindicações por mudanças radicais na ordem econômica e

---

<sup>9</sup> Ver: Ana Flávia Magalhães Pinto. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.





política brasileira e a luta antirracista; 4. Articulação das categorias de raça, classe e/ou gênero na elaboração discursiva; 5. Afirmção do protagonismo intelectual e político da população afro-brasileira; 6. Diálogos crítico-assimilativos com as formas de conhecimento e experiências políticas emancipatórias africanas e afro-atlânticas; 7. Redirecionamento do horizonte político majoritário para a institucionalização da luta antirracista a partir da década de 1990.

Inobstante a relevância da indicação de pontos em comum no tocante a configuração dos novos impulsos do pensamento social afro-brasileiros no período, sua intensa e rica produção intelectual acumulada trouxe à tona “estilos de apreensão da realidade” (Santos, 1978, p.42) que devem ser devidamente analisados consoante a pluralidade da imaginação sociopolítica afro-brasileira. Os matizes demonstram-se a partir de questões fulcrais ao ofício intelectual, bem como aos horizontes políticos delineados por diferentes ativistas e intelectuais negros(as) entre as décadas de 1970 e 1980.

Em se tratando da relação entre intelectuais afro-brasileiros e as forças de esquerda do país, tradicionais, todavia, especialmente com as novas expressões das esquerdas brasileiras erigidas durante o processo de redemocratização, o afastamento, por um lado, e as distintas formas de aproximação, por outro lado, demarcaram perspectivas políticas diferentes no seio dessa fortuna crítica. Isto orientou, conseqüentemente, a produção de distintas interpretações do Brasil por parte de negras e negros intelectuais. Tal miríade de posicionamentos está diretamente ligada as diferentes concepções concernentes aos imbricamentos entre categorias como raça, classe e/ou gênero, movimentos teóricos que se tornaram ideias-força do pensamento social afro-brasileiro e feminista negro no período.

Quanto a questão raça-classe, pode-se dizer que os alinhamentos entre tais categorias passam a ser comuns não apenas nos discursos políticos reivindicativos, mas em parte expressiva da produção intelectual afro-brasileira acumulada entre as décadas de 1970 e de 1980 (Pereira, 2010; Rios, 2014). Isto não representa, necessariamente, uma novidade no seio da tradição político-intelectual afro-brasileira, posto que tal articulação se fez presente, de forma minoritária é verdade, nos veículos da imprensa negra da primeira metade do século XX e, por formas distintas, na produção individual de intelectuais negros mais ou menos ligados



aos lugares sociais tradicionalmente vinculados a produção de pensamento social, notavelmente às instituições universitárias, como Clóvis Moura e Virgínia Leone Bicudo<sup>10</sup>.

Trata-se, portanto, da maturação de uma perspectiva política — que engendrou distintos matizes em relação aos imbricamentos entre raça e classe — no processo histórico de desenvolvimento, em longa duração, dos movimentos negros ao longo do século XX. Em relação a produção acumulada pelos impulsos predecessores do pensamento social afro-brasileiro, o diferencial trazido à tona pelos movimentos negros das décadas de 1970 e 1980, presente também nas expressões do pensamento social afro-brasileiro do período, consiste na consolidação da referida articulação entre as categorias de raça e classe, tomada como um dado concreto.

Buscava-se pensar, com maior ênfase e precisão, o lugar e a situação específica da população negra no seio da classe trabalhadora, de tal sorte que os horizontes de justiça social, preconizados pelas novas forças de esquerda, eram criticados por suas limitações concernentes a ausência da crítica ao racismo brasileiro (Cardoso, 1985). Inobstante a presença comum da crítica ao capitalismo nas reivindicações dos movimentos negros, bem como na produção epistemológica de parte significativa da intelectualidade afro-brasileira neste período — fruto da influência das linguagens marxistas e socialistas nos círculos acadêmicos e da radicalização à esquerda das mobilizações dos movimentos negros brasileiros —, a articulação entre raça e classe alimentou distintos posicionamentos de negras e negros intelectuais nos horizontes políticos emancipatórios centrados na mobilização política da sociedade civil ou nos escopos políticos possíveis em um posterior processo de institucionalização da luta antirracista.

O processo de maturação de uma tradição marxista afro-brasileira em organizações políticas como o Núcleo Negro Socialista, formado em 1978, no seio da Convergência Socialista, bem como na produção intelectual de seus componentes, tais como Neusa Maria Pereira e Hamilton Cardoso, seja na coluna Afro-Latino-América vinculada ao jornal Versus ou em outros espaços de reflexão e mobilização política, exemplificam o debate em torno da referida coadunação entre as categorias de raça e classe (Santos, 2005). As reflexões teóricas e o chamado à luta política antirracista realizada por tais intelectuais-militantes se deram por meio das tentativas de aproximar setores específicos do socialismo em voga (trotskismo brasileiro)

---

<sup>10</sup> Ver: Clóvis Moura. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020; Virgínia Leone Bicudo. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.



com as reivindicações das associações negras, a fim de que uma determinada ramificação de um neófito marxismo negro surgisse, na década de 1970, no cenário político-intelectual brasileiro.

Junta-se ao caso de Pereira e Cardoso o exemplo de Clóvis Moura que, ao refletir sobre os caminhos de uma sociologia da práxis afro-brasileira ao menos desde o final da década de 1950, encorpou, a partir da década de 1970, sua agenda de pesquisa mediante uma sofisticada análise materialista do capitalismo racial brasileiro, erigido no processo histórico de transição do “escravismo tardio” para a sociedade competitiva de tipo dependente (Moura, 1994; 2019) característica da realidade brasileira. Isto significou um importante processo de maturação de sua obra ao longo das três últimas décadas do século passado, maturação essa dada concomitantemente à aproximação do sociólogo piauiense com os setores de mobilização dos movimentos negros durante a década de 1970.

Em uma complexa relação de proximidade e afastamento com as linguagens políticas socialistas, bem como com o pensamento marxista em voga no período histórico supracitado, tais intelectuais enegreceram o socialismo e o marxismo brasileiro, expondo suas limitações concernentes a questão racial e metamorfosearam a figura política revolucionária fantasmagórica das esquerdas radicais brasileiras, ao apontar para o protagonismo político-intelectual negro num eventual processo revolucionário (Oliveira, 2016). Diferentes perspectivas concernentes aos coadunamentos entre as categorias de raça e classe podem ser observadas, na fortuna crítica afro-brasileira construída neste período, na gênese do “negro interno” politizado de Beatriz Nascimento (2022, p. 127) e no projeto político “Quilombista” de Abdias Nascimento (2019), ambas perspectivas marcadas pelo preterimento da categoria classe em face da categoria raça, apontando para um maior protagonismo da organização coletiva baseada nos laços identitários afro-brasileiros reconstruídos no período supracitado.

A pluralidade dos impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro do final do século XX pode ser observada, também, nos imbricamentos entre raça, gênero e classe nas práxis feministas negras. Como vimos, as experiências políticas capitaneadas por mulheres negras marcam, a partir da década de 1970, o processo de autonomia e consolidação dos movimentos de mulheres negras dado, por sua vez, em três períodos históricos distintos, dentre os quais tratamos somente a respeito do primeiro, ou seja, da gênese dos movimentos autônomos de mulheres negras entre os anos 1970 e 1980, por corresponder justamente a fase



da mobilização autônoma e radicalizada dos movimentos negros e de mulheres negras em face do racismo e do regime ditatorial brasileiros.

Em sua fortuna crítica acumulada ao longo deste período, o pensamento social feminista afro-brasileiro adiantou, significativamente, as discussões presentes nas análises concernentes a conceitos como os de “interseccionalidade” e “teoria do ponto de vista” trabalhados por feministas afro-estadunidenses como Kimberlé Crenshaw (1989) e Patricia Hill Collins (2019) entre o final da década de 1980 e o início do presente século. Mais do que isso, é possível destacar que suas contribuições apresentam diagnósticos mais sofisticados em relação ao estudo dos imbricamentos estruturais do racismo, do sexismo e da exploração de classe por considerarem, de forma mais saliente, não obstante as distintas ênfases conferidas pelas autoras, a categoria classe no estudo das desigualdades sociais. Fator esse relativamente secundarizado, direta ou indiretamente, no pensamento de Crenshaw e Collins.

Pode-se dizer que os entrecruzamentos das formas de opressão configuram o núcleo epistemológico das interpretações do Brasil tecidas por negras intelectuais que compunham os quadros de mobilização dos movimentos autônomos de mulheres negras em sua primeira fase histórica. Ele é determinante, portanto, para a categorização da imaginação sociopolítica feminista negra e seus impulsos criativos erigidos no período mencionado e, especialmente, para a indicação das características do processo de filiação intelectual intergeracional entre intelectuais-ativistas afro-brasileiras ao longo dos três períodos supracitados.

A análise interseccional é uma característica perenal do desenvolvimento histórico do pensamento feminista negro brasileiro. O que não quer dizer que tenha existido uma homogeneidade nos estudos produzidos por intelectuais negras acerca de variados temas e sob variadas perspectivas, seja ao longo das suas três fases de maturação, ou mesmo especificamente durante cada um de seus períodos históricos.

Por exemplo, não obstante a afirmação em torno da ênfase geral dada à categoria classe por parte do feminismo afro-brasileiro clássico, cabe dizer que a referida categoria é apresentada por concepções distintas nas análises de intelectuais como Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. Tal diferenciação pode ser explicada a partir da tensa relação entre os movimentos classistas, os movimentos negros e os movimentos de mulheres negras nas décadas de 1970 e 1980. Como já observado nas páginas anteriores, essa relação conflitante levou a posicionamentos distintos no que tange à necessidade de coadunação das lutas antirracistas e feministas negras aos movimentos classistas. Consequentemente, tal fator incidiu diretamente



na elaboração de interpretações do Brasil, cujas ênfases destacaram ora os limites da concepção de classe, ora afirmaram a sua importância para o estudo da realidade vivida pelas mulheres negras, a partir de suas próprias *práxis* políticas.

As análises de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez refletem diretamente sobre essas duas posições ao apontar para a importância dos “mecanismos ideológicos” (Nascimento, 2021, p. 48) na gênese e reprodução do racismo à brasileira, questionando, portanto, as análises acerca da discriminação racial fundamentadas pela chave explicativa das determinações econômicas. Outrossim, se opondo as teses deterministas econômicas, Nascimento e Gonzalez teceram diagnósticos significativamente próximos a respeito da formação histórica da sociedade brasileira e da genealogia de sua estratificação social, onde o racismo e as interseções entre raça, gênero e classe operaram enquanto fatores estruturantes.

No entanto, o afastamento crítico do pensamento de Beatriz Nascimento em relação à concepção marxista de classe social e das *práxis* classistas, no íterim formativo de seu “negro interno” (Nascimento, 2022, p. 127) politizado e, por outro lado, a aproximação, dotada de crítica epistemológica e política, entretanto, de Lélia Gonzalez com as linguagens políticas socialistas em voga no período supracitado, levaram-nas a promoção de ênfases distintas concernentes ao papel da classe no estudo das interseções das formas de opressão e, conseqüentemente, na mobilização política afro-brasileira e feminista negra.

Lélia Gonzalez lança luz, contundentemente, ao papel central do racismo e do sexismo na configuração da dinâmica brasileira entre capital e trabalho com base em conceitos como o de “superexploração” (Gonzalez, 2020b, p. 32) e de “superexploração sexual” (Gonzalez, 2020c, p. 135) da força de trabalho da população negra, mais especificamente das mulheres negras, em termos de raça, gênero e classe. Daí a ideia da “tripla discriminação” (Gonzalez, 2020d, p. 50) da mulher negra como elemento determinante da reprodução das desigualdades socioeconômicas na sociedade brasileira. Deste modo, a intelectual mineira nos ofereceu uma das interpretações mais fidedignas e críticas do capitalismo brasileiro, categorizando-o como “capitalismo patriarcal-racista dependente” (Gonzalez, 2020c, p. 132), sendo essa uma das mais importantes contribuições do pensamento social e político brasileiro do século XX para a interpretação da realidade brasileira.

A gramática de seu pensamento político e social é, portanto, significativamente próxima aos debates classistas mais sofisticados em sua época e, conseqüentemente, Gonzalez tem uma concepção de classe social distinta da presente na interpretação do Brasil tecida por Beatriz



Nascimento. Dito de outra forma, se, no geral, as autoras trouxeram contribuições fulcrais a uma releitura crítica da formação sócio-histórica do Brasil e do capitalismo brasileiro com base no papel estruturante dos coadunamentos entre raça, classe e gênero, ao esmiuçarmos o conteúdo de suas contribuições a imaginação sociopolítica brasileira, encontramos distintas perspectivas interseccionais e, portanto, diferentes projetos político-intelectuais feministas negros.

#### **4 CONCLUSÃO**

Vimos anteriormente que a produção da fortuna crítica afro-brasileira acumulada, entre as décadas de 1970 e 1980, acompanhou o desenvolvimento histórico dos movimentos negros no mesmo período, assim como o processo de maturação da autonomia dos movimentos de mulheres negras. Deste modo, pudemos demonstrar a mútua influência entre a atuação dos movimentos negros e de mulheres negras, por meio de seus sujeitos políticos, e o surgimento dos impulsos criativos do pensamento afro-brasileiro e feminista negro durante a redemocratização da sociedade brasileira. Isto corroborou nossa hipótese acerca da classificação dos movimentos negros e de mulheres negras – formas específicas de associativismos negros – enquanto lugares sociais de produção e estímulo a elaboração de interpretações sobre o Brasil ligados aos setores populares da sociedade brasileira.

Seja nas reivindicações políticas dos movimentos negros ou nas interpretações do Brasil tecidas por intelectuais-ativistas afro-brasileiros(as) no período supracitado, a redemocratização da sociedade brasileira foi pensada não somente a partir da necessidade de se reconstruir a arena política institucional pluripartidária e, menos ainda, de uma organização política centrada no modelo eleitoral de democracia. A utopia operou não apenas como combustível da luta política, mas também para o estímulo à produção de pensamento social e político por parte de intelectuais-ativistas negras(os). O ideal de construção de uma nova sociedade, que assegurasse a participação política, econômica e cultural direta da população afro-brasileira e dirimisse, portanto, os obstáculos ao combate às desigualdades sociais fundamentadas pelo racismo, o sexismo e a exploração de classe configurou-se enquanto ideia-força das interpretações erigidas no seio da comunidade político-intelectual afro-brasileira no período.

Tal luta se daria, no entanto, de forma plural, explorando o ideal da promoção da unidade na diversidade, posto que estimulados eram os esforços em prol da emancipação coletiva dos



segmentos marginalizados da estratificação social brasileira, onde a população afro-brasileira seria uma das protagonistas da mobilização política plural da sociedade civil. Por outro lado, os distintos matizes que compunham os impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro erigidos à época, explicitados de forma introdutória nas últimas páginas, demonstram a pluralidade dos debates em torno dos tons de radicalidade da luta emancipatória pensada por intelectuais-ativistas afro-brasileiros(as) como Beatriz Nascimento, Clóvis Moura e Lélia Gonzalez.

De forma geral, ao romper com a dialética da adequação transgressora, também conhecida, negativamente, como estratégia assimilacionista, tais intelectuais-militantes afro-brasileiros elaboraram contundentes críticas não somente as condutas das gerações mobilizadoras dos movimentos negros que lhes precederam, mas, sobretudo, a parte significativa da fortuna crítica acumulada do pensamento social e político brasileiro canônico. Um exemplo significativo desse quadro consiste na crítica, presente no acúmulo teórico do pensamento social afro-brasileiro deste período, as teses binárias e as perspectivas modernizantes da sociedade brasileira, isto é, a duas das bases epistêmicas das interpretações do Brasil canonizadas pelo campo de estudos do pensamento social e político brasileiro.

Contra a perspectiva dualista, que classificava o assim chamado preconceito racial como marca do atraso brasileiro, expresso, por sua vez, em comportamentos individuais isolados e patológicos, a fortuna crítica construída pelo pensamento social afro-brasileiro das três últimas décadas do século XX trouxe à tona diagnósticos acerca do racismo e dos múltiplos imbricamentos entre raça, classe e gênero, classificando-os como sistemas de opressão de corpos negros. Doravante, junto ao sexismo e à exploração de classe, o racismo enquanto sistema de opressão operaria como elemento estruturante do tipo específico de sociedade capitalista derivada de um processo histórico de modernização conservadora no Brasil — um capitalismo racial-sexual dependente, cuja classificação mais nítida pode ser observada na obra de Lélia Gonzalez.

Por outro lado, ao subverter os papéis sociais relegados as pessoas negras, construídos, por sua vez, no íterim da “racialização da vida” (Pessoa, 2022, p. 119) especificamente elaborada na formação sócio-histórica brasileira, os protagonistas desse processo de lutas por justiça social também construíram formas de relação entre identidade e política centradas na gênese de uma identidade política afro-brasileira sob uma ótica “diferencialista” (Munanga, 2019, p. 135). Esta passaria a operar, de modo decisivo e explícito, como um elemento central





não apenas do exercício da política no seio da sociedade civil, mas também do ofício acadêmico especializado ao atuar como enzima catalisadora da formação de éticas antirracistas e feministas negras fulcrais para a configuração do ser negro e negra como locus de produção intelectual (Santos, 2007).

Pode-se dizer que os dois pontos previamente apresentados — a perspectiva crítico-estrutural do racismo e a afirmação dos locus enunciadores negros e de mulheres negras com base na construção política de uma identidade afro-brasileira — configuram os mais importantes legados epistêmicos das gerações mobilizadoras dos associativismos negros nas décadas de 1970 e 1980 que, junto a intelectuais-ativistas relativamente próximos as práxis negras em movimento à época — sendo influenciados por elas, portanto —, deram vida aos impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro e a sua fortuna crítica no ínterim de maturação das estruturas gramaticais contemporâneas da imaginação sociopolítica afro-brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, Paulina Laura. *Black Activism and the Cultural Conditions for Citizenship in a Multi-Racial Brazil, 1920-1982* (Dissertation in History) **University of Pennsylvania**, 2005.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

CARDOSO, Hamilton. Isso é conversa de branco. **Lua Nova**, São Paulo, n.2, v.3, dez. 1985.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, 1989.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS: Relume Dumará, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, vol. 23, Niterói, 2007a.



FREYRE, Gilberto. Aspectos da influência africana no Brasil. **Revista del CESLA**, n. 7, Uniwersytet Warszawski: Varsovia, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento da Última Década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra. In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flavia (Org.); LIMA, Marcia (Org.). **Por Um Feminismo Afro-latino-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: Idem; RIOS, Flavia (Org.); LIMA, Marcia (Org.). **Por Um Feminismo Afro-latino-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. In: Idem; RIOS, Flavia (Org.); LIMA, Marcia (Org.). **Por Um Feminismo Afro-latino-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020c.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Idem; RIOS, Flavia (Org.); LIMA, Marcia (Org.). **Por Um Feminismo Afro-latino-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020d.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2004.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectivas, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem**: Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância Pan-Africanista. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**: ensaios, entrevistas e prosas. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura**: trajetória intelectual, práxis e resistência



negra. Salvador: EDUNEB, 2016.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **"O Mundo Negro"**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995) Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

PESSOA, Guilherme. A construção do negro enquanto um não-ser na Modernidade: a fábrica de sujeitos raciais e suas implicações para as engrenagens do capitalismo no ontem e no hoje. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 107-130, 2022.

PESSOA, Guilherme. O ser negro como locus de interpretação do Brasil: gênese e desenvolvimento dos impulsos criativos do pensamento social afro-brasileiro no século XX. **Revista Aurora**, Marília, v. 17, 2024.

RIOS; Flavia; PEREZ; Olívia; RICOLDI; Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, 2018, p. 36-51

RIOS, Flavia; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro em três tempos: mulheres negras, negras jovens ativistas e feministas interseccionais. **Labrys**, Brasília, n. 1, 2018. p. 120-140,

RIOS, Flávia. **Elite Política Negra no Brasil**: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, Gevanilda. O Núcleo Negro Socialista: a luta de combate ao racismo sob a hegemonia da matriz ideológica da esquerda. IANNI, Octavio et. al. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. Tese (Doutorado). Brasília: UNB, 2007.

SANTOS, Joel Rufino. O movimento negro e a crise brasileira. **Política e Administração**, vol. 2. Jul-set, 1985.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo**: da Resistência à Ditadura ao Governo FHC, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

*Artigo recebido em: 24/09/2024*

*Artigo aprovado em: 09/12/2024*